

Neste boletim, a AEPET continua a divulgar artigos elaborados pela diretoria e que foram publicados na imprensa. Todos refletem as opiniões dos que defendem a Petrobras, o Monopólio Estatal do Petróleo e, conseqüentemente, a Soberania Nacional, tão ameaçada nos últimos tempos.

Somente a força e a veracidade dos argumentos contidos nestes textos explicam o espaço que eles obtiveram junto à mídia, na maior parte das vezes engajada na campanha neoliberal que pretende, em última instância, o desmantelamento do Estado Brasileiro.

CONTRATOS DE RISCO

A primeira crise do petróleo data de 1973, quando os preços foram elevados de US\$ 1,80/2,20 para US\$ 13,00/barril.

A brutal elevação dos preços teve forte impacto negativo sobre a economia mundial, prejudicando também o Brasil, onde houve queda na taxa de crescimento econômico, recrudesceram as pressões inflacionárias e agravou-se o desequilíbrio no balanço de pagamentos.

O quadro de dificuldades crescentes desencadeou, na imprensa e em alguns setores do governo, uma ampla campanha no sentido de abrir a exploração de petróleo no país para empresas estrangeiras através dos contratos de risco.

Na ocasião, a Petrobras produzia apenas 169 mil barris de petróleo/dia e as importações ultrapassavam 1 milhão de barris diários.

Os defensores da abertura afirmavam que as empresas estrangeiras, aplicando grandes investimentos, aumentariam rapidamente a produção brasileira, diminuindo a dependência do país.

A maciça campanha na mídia e o forte esquema de pressões desencadeado por interesses internacionais levaram o presidente da República, general Ernesto Geisel, ao dramático pronunciamento do dia 9 de outubro de 75, determinando à Petrobras a adoção dos contratos.

Nos 14 anos de vigência dos contratos de risco (1975 - 1988) foram celebrados 243 acordos com as 35 maiores e mais experientes empresas estrangeiras, que tiveram à disposição mais de 80% das bacias sedimentares brasileiras. No período 1977-1989, elas investiram US\$ 1,1 bilhão, dos quais apenas US\$ 350 milhões no Brasil. O saldo destinou-se ao pagamento de equipamentos e mão-de-obra no exterior. No mesmo período, a Petrobras aplicou US\$ 26 bilhões, ou seja, quase 80 vezes mais! As multinacionais perfuraram apenas 205 poços, contra 9.770 concluídos pela Petrobras. Afora uma pequena ocorrência de gás na Bacia de Santos, de economicidade duvidosa, identificada pela Pecten, as companhias estrangeiras não descobriram nada. No mesmo período, a Petrobras mais que quadruplicou a produção brasileira de óleo e gás equivalente, elevando-a de 169 mil barris em 1975 para 700 mil em 1989. Em razão do fracasso, os contratos foram proibidos pelos constituintes de 1988, quase por unanimidade.

E não se diga que a Petrobras só adjudicou às multinacionais áreas desprovidas de petróleo. Blocos na Bacia de Santos permaneceram por oito anos em poder da British Petroleum e do consórcio Chevron/Pecten/Marathon que, embora encontrando indícios de hidrocarbonetos, consideraram a ocorrência não comercial.

Na mesma área, em local distante apenas 1.500 metros de poço perfurado pelas multinacionais, a Petrobras encontrou óleo que deu origem ao Campo de Tubarão e, posteriormente, Estrela do Mar, Coral e Caravela, que já se encontram em produção.

Agora, na reforma constitucional, o governo anuncia a volta dos contratos de risco. A proposta não sensibiliza nem mesmo o presidente da Shell-Brasil, Sr. Goebel, que, em declarações ao "Jornal do Comércio" do Rio, afirmou que "não interessam à Shell negócios nos moldes dos contratos de risco assinados na década de 70". Ao que parece, agora, querem contratos de certeza ...

Ademais, as condições alegadas como pretexto para adoção dos contratos de risco, em 1975, não mais persistem. Hoje, o quadro é inteiramente diverso. Na década de 70, o país produzia apenas 17% das suas necessidades de petróleo. Hoje, produz quase 60%. Em 1979, durante a segunda crise do petróleo, quando a cotação do óleo chegou, no mercado "Spot", a US\$ 52/barril, as importações brasileiras com o produto alcançaram US\$ 10 bilhões, consumindo quase 50% da nossa receita de exportação. Hoje, os preços são estáveis em torno de US\$ 16/barril e as importações ficam em US\$ 2 bilhões, representando apenas 5% das receitas de exportação.

Na indústria do petróleo não há uma relação fixa entre o valor dos investimentos feitos em exploração e a quantidade de petróleo descoberta. A depender de fatores geológicos e outros, os investimentos podem ser grandes e as descobertas modestas ou pode até mesmo ocorrer a perda total do capital aplicado. Por outro lado, investimentos relativamente pequenos podem localizar campos gigantes, cuja produção proporcionará lucros de bilhões de dólares. Esse é o caso, por exemplo, dos campos gigantes de Marlim, Albacora e Barracuda, na Bacia de Campos, descobertos pela Petrobras. Na sua localização, foram aplicados cerca de 250 milhões, comprovando um volume de óleo da ordem de 5 bilhões de barris. Ou seja, o custo de descoberta foi de apenas US\$ 0,05 por barril!!!

A descoberta de Marlim, Albacora e Barracuda por sondas estrangeiras ensejaria uma remessa de lucros para o exterior não inferior a US\$ 10 bilhões, nada vantajosa para o Brasil.

Por todo o exposto, verifica-se que o retorno dos contratos de risco não convém aos interesses do Brasil.

Ricardo Maranhão
Vice-presidente da AEPET
Folha de São Paulo 18/04/95

O monopólio e o neto do deputado

"Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos não renováveis do planeta... Para tanto, terão, os países industrializados, que montar um sistema mais requintado e eficiente de pressões e constrangimentos garantidores da consecução dos seus intentos." (Henry Kissinger - ex- secretário de Estado dos EUA - "Folha de São Paulo" - 29/06/77)

Um deputado, velho defensor da abertura da economia e do mercado como remédio para todos os males, brindou os leitores, no dia 2 último, com a lógica de seu neto: "Os países do Primeiro Mundo não têm monopólio estatal do petróleo. Os que têm são do Terceiro Mundo. Logo, monopólio do petróleo é coisa de subdesenvolvido".

O deputado, como bom avô, que certamente é, deve trazer toda informação possível para ajudar na formação de seu neto. Disposto a contribuir para tal intento, enviamos alguns dados.

Japão, Alemanha, França e Itália não têm monopólios, nem petróleo. Suas reservas são inferiores a um ano de consumo. Não faz sentido ter monopólio do que não existe. Para garantir seu abastecimento, todos têm suas estatais de petróleo. Os EUA têm reserva para apenas cinco anos de consumo. Não têm monopólio, mas são sede de quatro das "seis irmãs" (Exxon, Texaco, Mobil e Chevron). Apesar disto, importam 45% de seu consumo, mesmo percentual que o Brasil. A diferença é que a produção e reservas americanas vêm caindo 3% ao ano, enquanto que as brasileiras vêm crescendo numa taxa três vezes superior à demanda (para cada barril produzido, três são descobertos) e, nos últimos dez anos, o Brasil foi o segundo país que mais descobriu petróleo no mundo.

Para garantir seu suprimento, o mundo desenvolvido depende do petróleo do Terceiro Mundo, onde estão mais de 90% das reservas mundiais. As 22 maiores empresas privadas do setor, as grandes multinacionais, só detêm 4,5% das reservas mundiais de petróleo enquanto que as 28 maiores estatais do mundo dominam 83% das reservas. O petróleo das multinacionais dá para apenas cinco anos de abastecimento de suas refinarias, daí todo o interesse nas reservas do Terceiro Mundo.

Mas o neto do deputado pode imaginar que a estatal do petróleo brasileira, a Petrobras, depende do dinheiro do Governo, do Imposto de Renda de seu avô. É importante que ele saiba que a Petrobras não depende de um centavo sequer do Governo e seus recursos provêm da venda de seus produtos, como qualquer empresa privada. Ao contrário, em 1994, recolheu US\$ 6,1 bilhões em impostos, taxas e contribuições sociais. Para que ele tenha a idéia do valor, basta dizer que, em 1992, todo o sistema financeiro nacional, com faturamento superior ao da Petrobras, recolheu US\$ 3 bilhões em impostos contra US\$ 4,3 bilhões da estatal naquele mesmo ano.

Mas valeram a pena os investimentos feitos pela União Federal na Petrobras? Afinal, o avô lhe ensinou que os dividendos eram baixos. Então, vejamos: a União investiu de 1954 a 1992 (1974 foi o último ano em que houve aporte de capital para manter a participação acionária) US\$ 10 bilhões (dólares de 1992), sendo US\$ 9,4 bilhões em reinversão de dividendos, impostos e isenções, US\$ 400 milhões em transferência de patrimônio e apenas US\$ 200 milhões em dinheiro.

Os resultados falam por si mesmos: patrimônio industrial de US\$ 60 bilhões, reservas de óleo e gás equivalentes que, após serem produzidos, valerão US\$ 150 bilhões, estoques de cru e derivados correspondentes a US\$ 1,5 bilhão, dividendos pagos à União de US\$ 3,8 bilhões, um crédito líquido junto ao Governo Federal de US\$ 3,1 bilhões e economia de divisas para o país de US\$ 220 bilhões, sendo US\$ 9,2 bilhões somente em 1994. A Petrobras, como se vê, tem a preocupação de reinvestir para gerar empregos. Sozinha, em 41 anos de existência, investiu no Brasil US\$ 80 bilhões, mais que todas as 6.311 empresas estrangeiras nesta século.

A União tem 51% da Petrobras, o restante é de 400.000 acionistas minoritários. Certamente existem poucos negócios que tenham dado um retorno tão bom quanto este.

Não é apenas isto. Quem determina quanto a Petrobras recebe pelos seus produtos é o governo. Quem diz quanto será distribuído de dividendo é sua acionista majoritária e controladora, a União Federal, representada pelo Governo.

E os governos, nestes 41 anos, optaram pelo reinvestimento e estipularam preços de venda de produtos da Petrobras abaixo do mercado internacional. Somente no período de 1986 a 1993, se toda gasolina, diesel, gás de

cozinha e demais combustíveis consumidos pelo país tivessem sido importados, os consumidores teriam pago a mais US\$ 20 bilhões.

Mas o deputado deve estar preocupado com o futuro do país e, como seu neto, por certo, continuará morando e trabalhando no Brasil, necessita que novos empregos sejam criados.

Mais uma vez, quem se destaca em investimentos e criação de empregos é a estatal brasileira. Entre 1975 e 1988, as 35 maiores multinacionais de petróleo do mundo, tendo à sua disposição oitenta por cento das bacias sedimentares brasileiras, investiram dez vezes menos em exploração que a Petrobras e, mesmo assim, apenas trinta por cento no Brasil. Os outros setenta por cento geraram empregos no exterior, enquanto a Petrobras investia mais de noventa por cento no país, descobrindo 8,0 bilhões de barris de óleo, sendo 4,3 bilhões em águas profundas, cuja tecnologia para produzi-los não era disponível e ela própria desenvolveu, sendo a líder mundial no setor.

Mas, se a Petrobras é eficiente, para que o monopólio? Roberto Broughton, então presidente da Shell Brasil, em declarações aos jornais de 28 de janeiro de 1992, condicionou os investimentos da Shell, caso o monopólio do petróleo caísse, a que os preços do petróleo e dos combustíveis fossem "alinhados com os internacionais". Afirmou ainda que "a Petrobras, por ser estatal, é obrigada a vender produtos a preços abaixo do custo, mas a Shell não pode fazer isto" e que "as companhias estrangeiras terão que ter algumas facilidades para começarem a atuar em um mercado longamente monopolizado". Em suma, querem preços maiores e vantagens para competir com a Petrobras.

Assim, se o monopólio acabasse, teríamos duas possibilidades. Na primeira, a Petrobras continuaria a existir, competindo com as multinacionais. Os preços seriam alinhados com os do mercado internacional e o consumidor pagaria mais caro.

A Petrobras balizaria sua atuação unicamente pelo lucro, sem se preocupar em investir maciçamente em exploração e produção. Se fosse mais vantajoso importar, em vez de produzi-lo no país e aqui gerar empregos, ela o faria. O Brasil ficaria mais vulnerável a conflitos no Oriente Médio ou à elevação do petróleo importado.

Na segunda, a Petrobras ficaria com o osso, a exploração, sendo privatizadas as refinarias e subsidiárias. A produção dos campos descobertos por ela seria entregue às multinacionais, perdendo a Petrobras sua capacidade de investir. As reservas cairiam, como na Argentina.

Trocaríamos o monopólio estatal brasileiro pelo oligopólio das "Seis Irmãs" (Shell, Exxon, BP, Mobil, Texaco e Chevron).

Mas não há falta de recursos para investimentos? A Petrobras investe cerca de US\$ 3 bilhões por ano. Este valor poderia ser US\$ 4 bilhões maior, sem qualquer aumento de preços para o consumidor, bastando que a Petrobras recebesse pelos derivados que produz a mesma parcela do preço que recebia em março de 1990. Sua participação caiu de 66% do preço de venda ao consumidor para cerca de 40%. A diferença foi transferida para os impostos e as distribuidoras, mantendo-se o preço ao consumidor. Em suma, o País, com preços abaixo dos internacionais, pode fazer todos os investimentos necessários ao setor sem a necessidade de abrir um setor estratégico, desenvolvimentista às multinacionais do petróleo, interessadas em suas reservas e mercado consumidor.

Finalmente, podemos destacar a diferença entre uma empresa nacional e uma multinacional. O Informe Econômico de "O Globo" de 10 de outubro de 1993 resumia a saída da Atlantic do Brasil: "A conta é mais ou menos essa. Investiu US\$ 6 milhões, recebeu lucros durante 71 anos e agora vende US\$ 300 milhões. Ótimo negócio!" Para a Atlantic, é claro.

Esperamos ter contribuído para ampliar o nível de informação do neto do deputado.

**Diomedes Cesário da Silva é ex-presidente da AEPET -
Tribuna da Imprensa-28/04/95**

- Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET) — Av. Almirante Barroso, 22, 19º andar - Centro - RJ
CEP: 20031-000 — TEL.: 220-4774
- Boletim da AEPET
- Jornalista Responsável: Ivana Barreto
- Diagramação e Editoração: Selulloid Comunicação — Tel.: 220-3861